

Universidade: presente!



XXXI SIC

Salta GS ON SOLUTION OF THE PARTY OF THE PAR

21.25. OUTUBRO. CAMPUS DO VALE

PROGRAMA EM PRÁTICAS EDUCATIVAS: UM OLHAR PARA AS DEMANDAS DE EDUCADORES SOCIAIS DE INSTITUIÇÕES De acolhimento

JÉSSICA VARGAS DA LUZ - BOLSISTA PIBIC CNPQ-UFRGS ORIENTADORA: DÉBORA DALBOSCO DELL'AGLIO - NEPA - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADOLESCÊNCIA

INTRODUÇÃO

Atualmente, cerca de 48 mil crianças e adolescentes estão em medidas de acolhimento institucional, Conselho Nacional de Justiça/CNJ (2019), que visam à proteção de indivíduos em situação de violação de direitos, de forma excepcional e provisória, Brasil (1990). Neste contexto, o educador social tem papel fundamental, pois atua direta e cotidianamente com os acolhidos, constituindo-se como uma figura de referência protetiva e afetiva. Diante de sua importância, é fundamental que esses profissionais sejam continuamente capacitados para lidarem com situações complexas do acolhimento, para que seja possível oferecerem um cuidado de qualidade.

O programa Cuida destina-se a educadores sociais de instituições de acolhimento e tem como objetivo melhorar/ampliar habilidades e competências relacionadas às práticas educativas positivas, através de quatro eixos temáticos: regulação emocional, comunicação assertiva, estratégias de resolução de conflitos e cuidado de si. O programa é estruturado em oito encontros grupais, de duas horas cada e ocorre semanalmente no Instituto de Psicologia da UFRGS. A equipe de pesquisa é composta por uma moderadora e quatro observadoras, que foram capacitadas previamente. As observadoras, através de um questionário, realizam uma avaliação das habilidades sociais da moderadora, além da integridade e fidelidade ao programa, respondendo a um instrumento que inclui itens em escala *Likert*, e a outras três questões qualitativas, relacionadas ao funcionamento e andamento dos grupos, além de comentários relevantes dos participantes.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo qualitativo sobre as demandas que emergiram ao longo das sessões, registradas nas questões descritivas dos questionários preenchidos pelas observadoras, a partir de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977/2004).

MÉTODO

As etapas da análise foram: (1)Pré-análise:Organização do material, delimitação de um objetivo e hipóteses; (2)Descrição analítica: Estudo aprofundado do material descritivo e posterior categorização dos dados; (3)Interpretação referencial: Análise qualitativa dos dados, de modo a ampliar as reflexões sobre o assunto e atribuir significados aos resultados. Os dados foram coletados a partir das perguntas abertas de 80 questionários, provenientes de cinco grupos já finalizados.

RESULTADOS

Foram evidenciadas quatro categorias a partir da análise de conteúdo. São elas, por ordem de maior frequência: 1- Relações institucionais: inclui aspectos referentes ao relacionamento entre educadores-órgãos gestores e educadores-rede. 2- Relações com colegas: inclui temáticas de trabalho entre educadores-educadores, educadores-equipe técnica e educadores-coordenação. 3- Relações com os acolhidos: inclui aspectos relativos ao vínculo educador-acolhido. 4- Falta de suporte: Inclui temáticas referentes à precariedade de amparo/apoio institucional. 5- Demandas especiais: inclui aspectos referentes à dificuldade de manejo frente a situações complexas como o envolvimento com tráfico de drogas, estigmatização social, entre outras.

DISCUSSÃO

As dificuldades de relacionamento apontadas pelos educadores, bem como os desafios frente às demandas complexas, aparecem como consequência da falta de amparo institucional. Portanto, salienta-se a relevância das instituições seguirem com a implementação de programas de formação e de capacitação continuada, como o Programa Cuida, acrescidos do oferecimento de espaços terapêuticos e de supervisão técnica aos educadores, para que se sintam escutados e possam compartilhar suas dúvidas, angústias e dificuldades.

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional de Justiça, CNJ (2019). Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Recuperado em 25 de agosto de 2019, de http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca Brasil (1990). Estatuto da criança e do adolescente. Diário Oficial da União. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

Bardin, L. (1977/2004). Análise de conteúdo (3ª ed). Lisboa: Edições Setenta.





